



Grupo Autárquico Bloco Esquerda da Freguesia de Oliveira do Douro

Declaração de voto reativa ao Plano de atividades e Orçamento Assembleia de freguesia de 29 de dezembro de 2026

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia

(na sua pessoa, os restantes membros da mesa)

Exmo. Sr. Presidente do executivo

(na sua pessoa o restantes membro do executivo)

Exmos. Srs. Representantes Partidários eleitos

Srs. Representantes de Instituições e escolas aqui representadas.

Estimados funcionários desta nobre casa

Digníssimo público

O Bloco de Esquerda, na pessoa do seu representante vem apresentar a esta Assembleia a declaração de voto que a seguir se descreve:

O Orçamento e o Plano de Atividades são os documentos mais relevantes na relação entre a autarquia e os seus eleitores.

O Plano define a visão política do executivo e o Orçamento deve traduzir essa visão em prioridades claras, com o enquadramento legal, financeiro e institucional.

No entanto, o que encontramos nestes documentos é um conjunto alargado de intenções, muitas delas em áreas onde a Junta de Freguesia não é a entidade decisora, e como tal, não têm correspondência clara no Orçamento para 2026 nem no Orçamento Plurianual.

Esta incoerência limita seriamente a capacidade de execução das políticas anunciadas.

É sobretudo na resposta às urgências sociais que este Plano falha.

Desde logo no acesso à habitação, hoje um dos maiores problemas da freguesia.

As propostas apresentadas são vagas e socialmente problemáticas. (pese embora as boas intenções das mesmas)

A opção por habitação a custos acessíveis limitada ao arrendamento jovem exclui injustificadamente muitos agregados que também vivem graves dificuldades, como famílias monoparentais, trabalhadores precários, pessoas divorciadas ou idosos com baixos rendimentos.

A crise da habitação não é um problema geracional, é um problema social.

Mais grave ainda é a referência à habitação a custos controlados para a chamada classe média, sem definição clara do conceito (de classe média), sem critérios de acesso, sem opção explícita pelo arrendamento e sem garantias de controlo público.

Esta abordagem desvirtua a função social da habitação pública, que deverá garantir o direito à habitação a quem não consegue aceder ao mercado, sobretudo num contexto de crise habitacional.

Também se nota a ausência de políticas estruturadas para outras necessidades sociais fundamentais, nomeadamente a criação de uma rede pública de creches, que responda às dificuldades das famílias, e de lares públicos para idosos, numa freguesia onde o envelhecimento da população é uma realidade.

Na freguesia temos duas creches de cariz privado. Não temos nada contra a existência de creches no sector privado, porém entendemos ser de implementar ou influenciar a criação de creches públicas, justificadas pela escassez da oferta numa freguesia que ultrapassou as duas dezenas de milhar de habitantes.

Repetem-se ainda formulações vagas e intervenções fora da competência direta da Junta de Freguesia, como a anunciada reabilitação da Ponte Maria Pia com ligação pedonal e ciclável, uma intervenção com a qual concordamos, mas que depende de decisões e investimentos de outras entidades e aqui surge sem qualquer protocolo, compromisso formal ou estimativa de custos.

Consideramos uma medida positiva e apoiamos a sua execução, da medida que visa a Atribuição de bolsas de estudo a jovens, em parceria com a Câmara Municipal de Gaia, porém é-nos apresentada em abstrato, sem que no documento seja esclarecido:

- os critérios para a atribuição
- o número de bolsas a atribuir
- quais os valores
- Qual será a intervenção da junta neste processo

Também na área social e educativa, verificamos enunciadas várias medidas, sem mecanismos claros de implementação ou avaliação.

Centro de Estudo, Formação e Coworking Municipal – insuficiente, por não se prever um espaço de biblioteca ou sala de estudo pública, acessível a estudantes que mesmo não necessitando de coworking, sejam carecidos de condições básicas para estudar e com horários mais alargados.

A proposta de um transporte “vaivém” na EN222 com ligação ao Metro, também nos parece pouco esclarecedora, sendo pertinente conhecermos:

- Trata-se de uma solução temporária?
- É uma antecipação do alargamento do Metrobus ou duplicação deste?
- Existe articulação com o Município e a AMP?

A Melhoria da divulgação das Assembleias de Freguesia – o documento não assume claramente a transmissão pública das sessões, um instrumento simples e eficaz para reforçar a participação democrática e a transparência de e para os Oliveirenses

Relativo à preocupante rede de transportes UNIR; volvidos dois meses da tomada de posse dos órgãos autárquicos, gostaríamos de conhecer as deliberações da estão anunciadas reunião da câmara com aquela empresa

Saudamos a parceria com as farmácias, podendo garantir (entre outros) um maior apoio aos oliveirenses de Quebrantões, porém não substituí a necessária enfermeira, para tratamento primário daquela população, na sua maioria idosos.

Por estas razões, apesar de reconhecer medidas positivas pontuais e até a grande disponibilidade deste executivo para a convergência de decisões, o Bloco de Esquerda entende que estes documentos não respondem às prioridades da população e votará pela abstenção os Documentos Previsionais para 2026.

O REPRESENTANTE ELEITO PELO BLOCO DE ESQUERDA